

REFORMA ORTOGRÁFICA: ORIGENS E TENDÊNCIAS DAS ALTERAÇÕES NA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Denise Cristina de Oliveira¹

RESUMO

O presente artigo pretende abordar sobre as origens e as alterações das novas regras de acentuação gráfica, assim como os impactos provocados no processo de ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa e a implementação do acordo ortográfico no contexto brasileiro. A necessidade de discutir sobre o assunto é em virtude da proximidade da obrigatoriedade do uso das normas em 2012. Sabe-se que a língua é um organismo que evolui de acordo com a necessidade dos falantes, assim ela se transforma, enriquece sem deixar de lado a sua essência. Diante do exposto e da abordagem realizada constatou-se que a reforma ortográfica vigente desde janeiro do ano de 2009 tem provocado inúmeras discussões. As alterações têm provocado impactos oriundos devido ao nível de ensino vigente no país que não é dos melhores e da mesma forma o nível de aprendizagem dos alunos. Assim, a partir desta análise tem-se o objetivo de esclarecer o objetivo da reforma ortográfica na conjuntura atual. Contudo além das mudanças das regras, é preciso refletir também o processo pelo qual estas regras são transmitidas e absorvidas na comunidade de falantes da Língua Portuguesa.

Palavras-chave: ortografia, reforma, língua portuguesa.

ABSTRACT

This present scientific article had for objective to argue on the orthography reform and the impacts provoked in the Portuguese language and the process of education/learning given the eminence of the orthography reform in the Brazilian context. Is necessary to discuss about it because of the closeness of the mandatory use of rules in 2012. The language is an organism that evolves according to the needs of speakers, so it transforms, enriches without neglecting its essence. Given the above approach and performed revealed that the spelling reform in force since January of 2009 has provoked considerable discussion. The changes have resulted from impacts due to the current level of education in the country that is not the best, and similarly the level of student learning. Thus, from this analysis has the objective of clarifying the purpose of spelling reform in the current conjuncture. But beyond the rules changes, we must also reflect the process by which these rules are transmitted and absorbed into the community of speakers of Portuguese to discuss about it is because of the closeness of the mandatory use of standards in 2012

Keywords: orthography, reform, Portuguese language.

¹ Graduada em Letras pela UFG, Pós-graduada em Docência do Ensino Superior Pela UNIFAN, professora do curso Bacharel em Teologia FAIFA.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista as mudanças que ocorreram na língua portuguesa recentemente percebe-se que a língua é um organismo em constante transformação. Ao mesmo tempo em que ela evolui também passa por mudanças sem deixar de lado a sua essência. Sofre ao longo dos anos inúmeras transformações e se adapta de acordo com a necessidade dos falantes.

Para tanto o presente artigo tem por objetivo discutir sobre a reforma ortográfica, uma vez que a mesma representa o fenômeno de modernização de uma língua que é viva. Assim o acordo prioriza a unificação da linguagem dos países que compõem a CPLP (Comunidade dos países de Língua Portuguesa).

No entanto por mais bem intencionada que seja a reforma ortográfica a mesma suscita muitas dúvidas e abre espaço para uma outra discussão acerca da qualidade de ensino e aprendizagem na realidade brasileira. Diversas são as dificuldades dos falantes em assimilar as novas regras devido ao acesso a informação, a dificuldade e a falta de interesse pela leitura.

Se há dificuldade em assimilação das regras convencionais da gramática, muito mais haverá na assimilação das novas regras que alteraram formas já cristalizadas e sistematizaram outras já em uso.

Contudo a preocupação é cabível devido ao fato que o domínio da norma culta é a plataforma de sucesso para inúmeros profissionais e também para aqueles que se preocupam em atingir um bom nível na oralidade e também na escrita no que concerne a língua portuguesa.

Nos tópicos seguintes serão apresentados em breves considerações, comentários sobre o percurso histórico das mudanças que a língua portuguesa sofreu ao longo dos anos, as novas regras de acentuação em forma de quadro resumo e comentários sobre as mudanças, opiniões polêmicas sobre o acordo ortográfico e os impactos provocados e no processo de ensino/aprendizagem na língua portuguesa.

Portanto os tópicos a serem apresentados procuram facilitar a compreensão do fenômeno de mudança ortográfica que se concretizou recentemente, mas que se arrastou durante vários anos.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DOS ACORDOS ORTOGRÁFICOS

A escrita da língua portuguesa se expressava até o século XVI imitando os sons da fala com base em uma grafia fonética, sem qualquer tipo de padronização. Do século XVI ao XX tanto em Portugal quanto no Brasil, a escrita praticada era de caráter etimológico procurava-se a raiz latina ou grega para escrever as palavras num período classificado como pseudo-etimológico.

Ao longo desse tempo somente em 1907 a Academia Brasileira de Letras começa a simplificar a escrita nas suas publicações. Até então que Medeiros e Albuquerque dirigiu à Academia o seu projeto de reforma ortográfica. Tratava-se de uma pequena reforma simplificadora usual, sem qualquer intenção de ser completa e cientificamente fundada em todos os aspectos da fonética. Visto que nesse período a reforma tratou apenas de alguns pontos isolados, sem estabelecer um sistema coerente, logo depois foi sujeita a retoques.

Em Portugal no ano de 1910 é nomeada uma comissão para estabelecer uma versão simplificada e uniforme da ortografia a ser usada nas publicações oficiais e no ensino.

No Brasil em 1911 foi feita uma revisão iniciada pelo acadêmico Mário de Alencar que previa a reintrodução do -s intervocálico em vez do -z único, bem como a grafia dupla não só de -rr,-ss, mas também de -mm e -nn. Independente de qualquer mérito dos defeitos das reformas anteriores, a repercussão da mudança não foi muito extensa devido o alto grau de analfabetismo do povo e também pelo fato da reforma não ter sido oficial, contudo a ortografia oficial simplificada ocorreu apenas em Portugal.

Somente em 1915 que a Academia Brasileira e Letras tem a iniciativa de unificar a ortografia brasileira com a portuguesa. No ano de 1919 a tentativa de unificação não se consolida e a Academia Brasileira de Letras revoga a resolução de 1915.

Tanto Academia Brasileira de Letras quanto a Academia de Ciências de Lisboa começam a estudar a grafia comum e em 1929 surge um novo sistema gráfico.

Conforme Kemmler (2004) esse acordo não chegou a satisfazer os brasileiros. O regresso da Academia Brasileira de Letras ao sistema de 1907 foi formalizado após uma discussão na sessão de 21 de novembro de 1929.

As alterações foram pouco extensas pelo que não chegou a trazer a desejada coerência a praxe ortográfica no Brasil.

Em 1931 é aprovado o primeiro Acordo Ortográfico entre Brasil e Portugal, procurando suprimir as diferenças, unificar e simplificar a Língua Portuguesa. Nesse

período o acordo foi bem mais que uma simples aproximação interacadêmica já que na participação dos embaixadores ficava documentado o interesse oficial que os dois países tinham no acordo.

Mas no ano de 1934 a nova constituição Brasileira revoga a resolução do ano anterior, determinando a volta da ortografia de 1891. Protestos de várias classes profissionais, como juristas, professores, escritores e da própria ABL, fazem a resolução ser invalidada em 1938 com a volta da ortografia de antes do acordo de 1831.

Já em 1943 a Academia Brasileira de Letras publica o seu próprio vocábulo. É realizada a primeira convenção Ortográfica entre Brasil e Portugal, onde se firma o Formulário Ortográfico de 1943 unificando os vocábulos de Portugal de 1940 e do Brasil de 1943.

O acordo Ortográfico definido em 1943 torna-se lei em Portugal, mas não é ratificado pelo governo brasileiro. O Brasil continua a se regular pela ortografia não-unificada.

No ano de 1973 o Brasil promulga alterações na ortografia, com a supressão do acento circunflexo na distinção de palavras homógrafas e dos acentos que marcavam a sílaba subtônica nos vocábulos derivados com o sufixo-mente ou iniciados por -z reduzindo as divergências ortográficas com Portugal.

Em 1973 Portugal promulga alterações na ortografia com base nas mudanças de 1971 do Brasil, concatenando assim com a redução das divergências ortográficas. Interessa notar que até então às alterações da ortografia brasileira brotavam dos interesses entre Brasil e Portugal diferentemente do último acordo que prevê alterações na ortografia dos países lusófonos.

No ano de 1975 a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboram novo projeto de acordo, que não é aprovado oficialmente.

Somente em 1986 o presidente José Sarney promove encontro com a presença de seis dos países lusófonos (Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe) no Rio de Janeiro. Na ocasião é apresentado o “Memorando sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” a raiz do atual Acordo. A proposta acaba sendo rejeitada.

Ano de 1990 a Academia das Ciências de Lisboa convoca novo encontro, onde comparecem os sete países lusófonos, apresentando uma “Nota explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”. É elaborada a base do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, previsto para entrar em vigor em 1º de janeiro de 1994. Esse novo encontro

foi necessário devido no ano de 1986 não ficaram resolvidos os problemas ortográficos dos países lusófonos.

Nesse encontro em 12 de Outubro de 1990, especialistas dos países lusófonos estabeleceram formalmente as bases ortográficas. Conforme essa reunião os ministros de Cultura e detentores de cargos afins dos países participantes assinaram o acordo em outro encontro em Lisboa, realizado em 16 de Dezembro de 1990.

O acordo consta de duas partes: a primeira com as disposições legais, que estabelecem assuntos como o nome oficial: Acordo ortográfico da língua portuguesa (1990), obrigação legal em que os países signatários tomem medidas necessárias para o estabelecimento de um vocabulário comum até o início de 1993 e a entrada em vigor no ano de 1994, já a segunda parte consta em XXI bases ortográficas do acordo.

Esta solução demorou quase 60 anos para ser adotada e assim fundamenta o filólogo brasileiro Antônio Houaiss (1991 p.13,15):

A unificação da ortografia não implica a uniformização do vocabulário da língua, pelo contrário, respeitando-se as pronúncias cultas de cada país, passa-se a admitir duplas grafias, embora às regras ortográficas sejam as mesmas para todos os países signatários do Acordo. O novo acordo privilegia o critério fonético em detrimento do etimológico, ou seja, é o critério da pronúncia que justifica a existência de grafias duplas e supressão das consoantes mudas ou não articuladas.

No Brasil, finalmente o acordo foi aprovado através do Decreto Legislativo nº. 54 de 1995 que reza o seguinte.

Art.1º. É aprovado o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de Dezembro de 1990. Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do referido Acordo, bem como quaisquer atos que, nos termos do Art. 49,1 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio Nacional. Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação (Academia Brasileira de Letras. 1999: LVIII).

Apesar de oficialmente adotado por Portugal e pelo Brasil o acordo de 1990 que deveria entrar em vigor no ano de 1994 não foi aplicado em nenhum dos dois países. Ao longo do século XX, a ortografia da língua portuguesa em Portugal e no Brasil foi sujeita a grande número de reformas de natureza oficial, mas os impasses foram dificultados devido uma série de discordâncias em relação à aceitação das mudanças tanto do lado brasileiro quanto português.

Em Cabo Verde 1998 é assinado um “Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, que retira do texto original a data para a entrada em vigor.

Contudo somente em 2004 é aprovado em o “Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo ortográfico” que permitiu a adesão do Timor Leste ao documento e previu que seria suficiente que três membros ratificassem o Acordo Ortográfico de 1990, em vez de exigir a ratificação por todos os países, para que as normas entrassem em vigor.

Finalmente após a ratificação de Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Portugal, são definidos os prazos de implantação do Acordo Ortográfico.

Então somente no ano de 2008 o presidente Luís Inácio Lula da Silva promulga o decreto nº. 6.583, de 29 de setembro da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. Conforme a íntegra do acordo:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e.

DECRETA:

Art. 1º O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, entre os Governos da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República de Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de São Tomé e Príncipe, de 16 de dezembro de 1990, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O referido Acordo produzirá efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2009.

Parágrafo único. A implementação do Acordo obedecerá ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, durante o qual coexistirá a norma ortográfica atualmente em vigor e a nova norma estabelecida.

Art. 3º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

O governo brasileiro já havia definido que as mudanças na ortografia portuguesa seriam adotadas a partir de 1º de janeiro do ano de 2009, inicialmente em documentos oficiais. Nos livros didáticos, as alterações serão graduais, e a transição deve ser finalizada até 2012. O acordo incorpora tanto características da ortografia utilizada por Portugal quanto à brasileira

2 MUDANÇAS ORTOGRÁFICAS NA LÍNGUA PORTUGUESA

A língua portuguesa é falada por cerca de 220 milhões de pessoas no Brasil e no mundo, aproximadamente 190 milhões de brasileiros, outros 10,5 milhões de portugueses e demais falantes em países africanos e em comunidades na Ásia e América. Este dado classifica o idioma na quinta posição entre as línguas mais faladas no mundo todo.

A língua portuguesa, portanto, é considerada como uma das mais faladas e mais importantes línguas no mundo. Apesar de haver algumas diferenças, dada as características específicas de cada país, a língua portuguesa ainda assim se manifesta com certo grau de dificuldade em virtude do elevado número de regras de acentuação, o que tem provocado grandes dificuldades no processo de ensino/aprendizagem.

A mudança de ortografia consiste basicamente no fato de que o português ser o único idioma do mundo com duas ortografias oficiais, tal ocorrência trava a redação de documentos e tratados internacionais, assim como dificulta a divulgação e promoção do idioma e também a publicação de obras de interesse público. A unificação visa favorecer, contudo beneficiar o intercâmbio entre os países lusófonos e estreitar as relações diplomáticas entre os mesmos.

Desde 1990 os países-membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP se reuniram em Lisboa com esta intenção. No entanto, o acordo somente foi aprovado em 2007. Em 2007, portanto, legalmente, o Brasil poderia ter começado a reforma ortográfica, mas esperou Portugal, que só aderiu ao acordo no ano de 2008. O Ministério da Educação estima que 0,5% do vocabulário serão alterados e as pessoas terão até o final de 2012 para se adaptarem às novas regras.

No Brasil são alteradas principalmente as regras de acentuação e hífen e o trema que já não era usado pelos outros países da CPLP, será extinto enquanto Portugal irá eliminar as consoantes mudas.

O texto do Acordo, no entanto, não esclarece a grafia de uma série de palavras. Segundo a Academia Brasileira de Letras - ABL, a definição será esclarecida com a publicação de um novo Volp ("Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa"). Com a função de registrar a forma oficial de escrever as palavras, o Volp foi publicado com cerca de 300 mil termos.

Uma das principais mudanças ocorridas com o acordo diz respeito à quantidade de letras do alfabeto que passou a possuir 26 letras. Foram incorporadas as letras "k", "w" e "y". Além disso, o texto traz alterações importantes na acentuação de algumas palavras,

eliminando o uso do trema, e estabelecendo uma padronização para a utilização do hífen.

Por isso, a partir da nova regra, não está errado escrever ‘micro-ondas’ com hífen e ‘antissocial’ sem hífen. Também está correta a escrita das palavras "ideia" e "assembleia" sem acento.

Neste sentido, são apresentadas adiante as novas regras de acentuação gráfica. O intuito maior é o de exemplificar, em breves considerações, as mudanças ocorridas na língua portuguesa.

Segundo o novo acordo ortográfico da língua portuguesa as mudanças de acentuação gráfica ocorreram nos seguintes aspectos, conforme demonstram as tabelas 1 e 2 expostas adiante.

Tabela 1 – Novas regras de acentuação gráfica (hífen e trema).

HÍFEN			
Prefixos	Novas Regras	COMO ERA	COMO FICA
TERMINADOS EM VOGAIS E FALSOS PREFIXOS	PASSA A SER USADO: quando o segundo elemento se inicia por vogal idêntica à vogal final do prefixo ou por H	microondas anti-semita	micro-ondas antissemita
	DESAPARECE: nos outros casos	infra-estrutura	infraestrutura
TERMINADOS EM B	É USADO: quando o segundo elemento é iniciado por B, H ou R DÚVIDA: O acordo não deixa claro se "subumano" passará a ser grafado como "sub-humano"	subepático	sub-hepático
CO(M)	É USADO: quando o segundo elemento é iniciado por H DÚVIDA: O acordo não deixa claro se "coabitar" passará a ser grafado como "co-habitar"	NÃO MUDA: co-herdar	
	DESAPARECE: nos outros casos	co-edição co-autor	coedição coautor
AD	É USADO: quando o segundo elemento é iniciado por D, H ou R DÚVIDA: "Adrenalina" deve continuar igual, mas não está claro se "adrenal" se toma "ad-renal"	NÃO MUDA: ad-digital	
CIRCUM	PASSA A SER USADO: quando o segundo elemento é iniciado por vogal, H, M ou N	circumurado	circum-murado
BEM	DESAPARECE: nas palavras citadas no acordo e nas suas correlatas, provocando a aglutinação	bem-feito bem-querer bem-querido	benfeito benquerer benquerido
TERMINADOS EM R	CONTINUA: quando o segundo elemento é iniciado por H ou R,	NÃO MUDA	
		super-homem; inter-relação	
Algumas palavras compostas perderam o hífen		pára-queda manda-chuva	paraquedas mandachuva
TREMA			
DESAPARECE: em quase todas as palavras	COMO ERA língua consequência pingüim	COMO FICA língua consequência pinguim	
CONTINUA: em palavras de línguas estrangeiras e derivados	NÃO MUDA mülleriano, Bündchen		

Nas mudanças ocorridas com as regras de acentuação, o hífen gera certa confusão. Em alguns momentos o seu uso foi extinto, em outros se passou a utilizá-lo, como exemplo o prefixo 'bem', cujo hífen foi extinto (bem-feito -> benfeito), (bemquerer-> benquerer). Cita-se ainda a palavra 'microondas', que a partir da nova regra passou a utilizar o hífen modificando a sua escrita para 'micro-ondas'.

Com relação ao trema, acredita-se que a regra mais fácil de se absorver, tem se que em quase todas as palavras o seu uso foi extinto. Por exemplo: lingüiça ->linguiça.

Nesta regra apenas as palavras de língua estrangeira permanecem com o uso do trema.

Tabela 2 – Novas regras de acentuação gráfica (acentuação).

ACENTOS	Novas Regras	COMO ERA	COMO FICA
CIRCUNFLEXO	DESAPARECE: nas paroxítonas terminadas em "-eem" e "-oo"	eles vêem eles lêem vão; enjôo	eles veem eles leem voo; enjoo
DIFERENCIAL	DESAPARECE: em quase todas as palavras	pára pêlo pólo pêra pára-brisa	O trânsito sempre para O pelo do animal caiu Faz frio no polo Norte Comi uma pera doce O para-brisa está sujo
	CONTINUA: no infinitivo do verbo "pôr" e no pretérito perfeito de "poder" ("pôde") FACULTATIVO: para distinguir "forma" de "fôrma"	NÃO MUDA É preciso pôr a mesa Ontem ele não pôde sair	
AGUDO NOS DITONGOS ABERTOS EI e OI	DESAPARECE: nas paroxítonas (acento tônico na penúltima sílaba) CONTINUA: nas palavras oxítonas (acento na última sílaba) e nos monossílabos tônicos (palavras de uma só sílaba, sendo ela tônica)	assembléia idéia heróico	assembleia ideia heroico
AGUDO NO I e NO U EM HIATO	DESAPARECE: nas paroxítonas, quando a sílaba tônica é antecedida de ditongo	feiúra bocaiúva	feiura bocaiuva
	CONTINUA: em todos os outros casos determinados pela regra anterior	NÃO MUDA Piauí; tuiuí; saúde	
AGUDO EM ALGUNS VERBOS	DESAPARECE: o acento agudo desaparece na letra U em algumas formas de verbos como apaziguar, arguir, averiguar, obliquar	apazigúe averigúe argúi	apazigue averigue argui

Fonte: Folha Online (2010).

Talvez uma das regras mais complicadas para se assimilar é com relação aos acentos agudo e circunflexo. Nestes casos é preciso compreender bem a conjugação verbal, o uso e aplicação de ditongos, de hiatos, entre outros. Por exemplo: a palavra 'vêem' na nova regra não se utilizará mais do acento circunflexo, sendo escrita apenas como 'veem'.

Da mesma forma as palavras ‘assembléia’, ‘idéia’ e ‘heróico’, não se utiliza mais do acento agudo (assembleia, ideia e heroico).

3 POLÊMICAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO

Pelo fato de atingir de forma relativamente baixa no léxico a nova condição, ainda não assimilada completamente pelas pessoas e pelos alunos, divide opiniões e causa acalorados debates no que concerne aos impactos ocasionados pelas novas regras de acentuação gráfica provocados no processo de ensino/aprendizagem.

De acordo com Menom (2008) autora da coleção "Gramática sem segredos" avalia:

O acordo acerta a um critério fonético, ou seja, a grafia das palavras obedecendo a pronúncia, em detrimento de um critério etimológico, tendência que predominou ao longo do século XIX. E deixa a desejar em alguns casos marcados por interpretação de caráter subjetivo e nos inúmeros casos de dupla grafia.

Atualmente vigoram as duas regras, no entanto somente a partir de 2012 a nova regra permanecerá. Acredita-se que esta transição não será fácil. Como visto, os alunos têm muita dificuldade em absorver todas as regras de acentuação gráfica, o que faz crer que com a nova regra esta concepção não se altere. Algumas hipóteses podem ser levantadas sobre o aspecto dos impactos esperados. Em suma, caso o processo de ensino/aprendizagem não seja revisto, a absorção das novas regras será completamente frustrante, já que poderão ocorrer erros persistentes na escrita (já registrados na regra em uso), defasagem na aprendizagem (também verificada pelas pesquisas), ausência da família no auxílio da aprendizagem, falta de especialização dos educadores, entre outras hipóteses também verificadas nos dias atuais.

Por isso, acredita-se que o grande vetor do sucesso desta transição seja o processo de ensino/aprendizagem. Se este processo não for revisto, as mudanças não surtirão os efeitos esperados, pelo contrário, serão levantadas maiores barreiras para os alunos e para os educadores. Já na língua portuguesa os impactos provocados são as mudanças propriamente ditas. Um dos objetivos do novo acordo é a simplificação da grafia para que haja uma maior facilidade na compreensão da língua e das regras de escrita. No entanto, conforme abordado anteriormente, não basta modificar as regras, é preciso modificar também o processo pelo qual estas regras são transmitidas e absorvidas.

De acordo com o professor Pasquale:

Sou contra o acordo. Sei que isso é um tiro no próprio pé, pois, se o acordo passar, vou ser chamado para fazer muitas palestras. Mas não quero esse direito não. Com outro espírito, outra proposta, uma unificação talvez fosse possível. Mas esta é uma reforma meia-sola, que não unifica a escrita de fato e mexe mal em pontos como o acento diferencial. Vamos enterrar dinheiro em uma mudança que não trará efeitos positivos.

Certamente, as mudanças ocorridas com as novas regras de acentuação gráfica irão gerar, por um longo período, inevitáveis impactos, inúmeras dúvidas e diversos questionamentos.

4 REALIDADE DO ENSINO/APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Atualmente no Brasil segundo dados do IBGE existem 14 milhões de analfabetos, com uma realidade dessa é possível prever a dificuldade de assimilação das novas regras ortográficas até para alfabetizados.

De acordo com Cezar e Morais (2006, p.1) “o ensino da ortografia nas escolas tem sido motivo de indagações e preocupação por parte dos educadores”. As autoras afirmam que “dados oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2007) têm mostrado o agravamento do desempenho dos alunos do ensino fundamental na língua escrita”.

“Prosseguindo com a análise, Cezar e Morais (2006, p.1) avalia que os alunos vêm apresentando defasagem cada vez maior entre a série em que se encontram e os conhecimentos de língua portuguesa que dominam”. A partir desse entendimento foi constatado que os alunos que se encontram na 4ª série apresentam desempenho em compatibilidade com alunos de 1ª série.

Conforme visto anteriormente, a ortografia no Brasil já se apresenta do ponto de vista pedagógico como um desafio a ser vencido pelos alunos. As regras ortográficas vigentes hoje no Brasil apesar de serem ministradas pelos professores não são totalmente absorvidas pelos alunos. De fato as regras são inúmeras e a falta de interesse por parte dos alunos aliada a outros fatores contribuem para agravar este dado.

Neste contexto, admitir a reforma ortográfica é um tanto quanto contraditório sobre o aspecto do processo de ensino/aprendizagem. A questão virou pauta de discussão dos diversos setores e vários questionamentos surgiram. Ora, a concepção de uma nova regra ortográfica modificará o quadro atual de defasagem na aprendizagem? Novas regras são as saídas para diminuir o grande número de pessoas que não sabem escrever

e ler corretamente? O Brasil está preparado para enfrentar uma reforma ortográfica? Dentre os impactos que a reforma ortográfica vem provocando no meio educacional, acredita-se que o mais incisivo seja aquele provocado aos alunos, principalmente àqueles recém-alfabetizados.

Da mesma forma, concordando com a abordagem exposta anteriormente, se percebe, o impacto maior deve atingir os alunos recém alfabetizados. As reações serão diversas, no entanto, cabe ao educador agir da melhor forma possível para minimizar estes impactos e viabilizar a melhor absorção das novas regras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento da reforma ortográfica no contexto brasileiro surgiram inúmeras polêmicas tanto do ponto de vista pedagógico quanto social. Realizar uma reforma na ortografia de um país com um número representativo de analfabetos, onde a educação caminha repleta de problemas e desinteresses por conta das gestões governamentais.

Assim várias pesquisas já realizadas provaram que o ensino no Brasil não é dos melhores e que o nível de aprendizagem dos alunos principalmente nos estabelecimentos de ensino público segue a mesma linha. Apesar de todos esses dados o Brasil integra o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, no qual modificou as regras de acentuação gráfica.

As mudanças ocorridas atingem a quantidade de letras do alfabeto que passou a possuir 26 letras, já que, foram incorporadas as letras "k", "w" e "y" das quais as mesmas já faziam parte mesmo que inseridas de forma induzida por estrangeirismo no Brasil. Além disso, o texto traz alterações importantes na acentuação de algumas palavras, eliminando o uso do trema e estabelecendo uma padronização para a utilização do hífen.

Todas essas mudanças provocaram impactos na língua portuguesa e certamente provocarão no processo de ensino/aprendizagem. Os impactos provocados na língua portuguesa foram as mudanças propriamente ditas. Já no processo de ensino/aprendizagem não foi possível identificar, ainda, tendo em vista que a nova regra já está em uso e que somente será de uso obrigatório a partir de 2012.

A partir desta análise tem-se que para que a reforma ortográfica obtenha sucesso e atinja o seu objetivo, que é o de simplificar a grafia e possibilitar a melhor compreensão da língua, o Brasil tenha que melhorar o processo de ensino/aprendizagem. Conforme abordado anteriormente, o grande vetor do sucesso desta transição é o processo de ensino/aprendizagem. Se este processo não for revisto, as mudanças não surtirão os

efeitos esperados, pelo contrário, serão levantadas maiores barreiras para os alunos e para os educadores.

Portanto, vale a pena reafirmar, sugerir e porque não recomendar, que não basta modificar as regras, é preciso modificar também o processo pelo qual estas regras são transmitidas e absorvidas.

BIBLIOGRAFIA

CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo; MORAIS, Nayra Carolina Bueno de. **Intervenção pedagógica com jogo de regra de acentuação gráfica no ensino fundamental**. Dados parciais do relatório final do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/2006). Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR. CONEXÃO PROFESSOR.

FOLHA ONLINE. **Novo acordo ortográfico muda uso do hífen e acentuação; imprima a tabela**.

Jan/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u485585.shtml>>.

Acesso em: 10 Ago. 2010.

Kemmler, Rolf. **A gramática na Academia Orthográfica Portuguesa e no ideário linguístico de João Pinheiro Freire da Cunha: tradição vs. Inovação** 2004, em: *Estudios Portugueses* 5 ISSN 1579-6825, págs. 81-102.

_____. MEC – Ministério da Educação. **Acordo unificará língua portuguesa**. Disponível

em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8901&catid=222>.

Acesso em: 01 Jul. 2010.

MENOM, Lorena. **Gramática sem segredos** editora Escala Educacional.

Reforma Ortográfica: Necessidade que veio no bojo da República. 2009. Disponível em: <<http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/temasespeciais-13a.asp>>. Acesso em: 24 Set. 2009.

QUEIROZ, Aline. **Reforma ortográfica: simplificar ou confundir a forma de escrever?** Janeiro/2010.

Disponível em: <<http://www.jornaldomunicipio.com.br/modules/news/article.php?storyid=3832>>. Acesso em: 24 Set. 2010